

Para Além da “Maternidade Militante”: Mulheres de Base e os Ativismos¹

Alinne de Lima Bonetti²

RESUMO: O ativismo político feminino popular tem sido analisado a partir da matriz explicativa da “maternidade militante”, originada na década de 80. Essa matriz associa o engajamento dessas mulheres à reprodução dos seus atributos de mães no universo da política. Contemporaneamente, a experiência de ativismo político dessa parcela da população feminina desafia essa matriz explicativa, apontando novas possibilidades compreensivas para esse fenômeno. Por meio de uma pesquisa etnográfica realizada na cidade de Recife-PE entre ativistas dos direitos das mulheres, de diferentes estratos sociais, este texto busca demonstrar essas novas possibilidades.

PALAVRAS-CHAVES: *ativismo político, mulheres, maternidade, camadas urbanas de baixa renda, feminismo*

ABSTRACT: The popular female political activism has been analyzed by the “militant motherhood” model, created in the 80’s. This model links these women’s political commitment to the reproduction of their attributes as mothers in the political universe. In more contemporary times, the political activism experience of women from lower classes challenges this model and shows new comprehensive possibilities to this phenomenon. Based on the ethnographic research done in the city of Recife/PE, among women’s rights activists from different social stratum, this text intends to demonstrate these new possibilities.

KEY-WORDS: *political activism, women, motherhood, urban low classes, feminism*

¹ Este texto é oriundo da tese de doutorado “*Não basta ser mulher, tem de ter coragem: uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife – PE*”, defendida em junho de 2007, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), realizada com financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

² Antropóloga doutora em Ciências Sociais, área Estudos de Gênero, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil. E atualmente é consultora da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), Brasil.

Introdução

Ao nos debruçarmos analiticamente sobre a experiência contemporânea de ativismo político das mulheres das camadas urbanas de baixa renda percebemos, por um lado, a recorrência de uma persistente explicação desse engajamento associado à matriz da “politização da maternidade”. Por outro lado, e derivado dessa recorrência, percebemos uma lacuna na literatura sobre a experiência contemporânea de ativismo político de mulheres das camadas urbanas de baixa renda, que já não mais se adapta a tal matriz explicativa, dada a complexidade desse fenômeno.

Em vista disso, este texto pretende trazer novos elementos para se compreender o ativismo político feminino popular contemporâneo, a partir da pesquisa etnográfica realizada em Recife (capital do estado de Pernambuco–PE, Brasil), entre outubro de 2004 a julho de 2005, junto a ativistas das camadas urbanas de baixa renda, classificadas por algumas interlocutoras locais como as *mulheres de base* em oposição às *militantes profissionalizadas*, oriundas de ONGS, fornecer elementos para a contestação da matriz explicativa da maternidade militante, bem como permitir estabelecer uma nova possibilidade compreensiva para a experiência política de mulheres das camadas populares no Brasil hoje.

Nessa pesquisa, ao buscar compreender os diferentes modos de participação política das mulheres nos movimentos populares, os sentidos produzidos na relação entre discursos e práticas cotidianas das minhas interlocutoras, uma complexidade de elementos vem à tona que aponta para outras possibilidades compreensivas do ativismo feminino popular, que por sua vez escapam da gramática restrita da “maternidade militante”. Há a produção de algo novo que leva em conta a intersecção entre classe e gênero, e que se produz num diálogo importante com o feminismo, mas não se confunde com ele.

Para tanto, esse texto se organiza da seguinte maneira: no item seguinte, farei uma breve contextualização teórica do debate sobre o ativismo político feminino popular e a matriz da “maternidade militante”. Logo em seguida, apresentarei o contexto etnográfico e o campo político feminista em que as experiências de ativismo feminino popular se deram, para logo depois analisá-las comparativa e minuciosamente. Ao final, encontrar-se-ão algumas notas conclusivas sobre a análise.

Da “maternidade militante”

Em se tratando da relação entre mulheres das camadas urbanas de baixa renda e política, a predominância dos estudos concentra-se na temática dos movimentos sociais, em especial os “de caráter popular” (PINTO, 1998, p. 110), palco privilegiado do ativismo dessa parcela da população. Esses estudos têm o seu auge na década de 80, a partir da irrupção de “novos personagens” na cena pública em fins da década de 70 no Brasil (SADER, 1995), bem como na América Latina, de forma geral. No contexto de abertura democrática nos países latino-americanos e das mobilizações sociais dela advindas, as mulheres aparecem como as principais protagonistas (por exemplo: BRITO, 1992; BLAY, 1980; SINGER, 1980; CARDOSO, 1983 e 1987; entre outros). Nas análises que as tematizam, elas aparecem como “demandatárias de reivindicações populares por melhorias, serviços e equipamentos coletivos, e não como demandatárias de direitos de igualdade entre os sexos” (GOHN, 1997, p. 293-294).

Há uma preocupação subjacente relativa ao caráter do engajamento das mulheres de baixa renda nesses movimentos, por vezes buscando encontrar o “grau de conscientização política alcançado pelas mulheres” (BRITO, 1995, p. 62), em comparação aos movimentos feministas, que podem ser caracterizados genericamente pela proposta de transformação das relações de desigualdade entre homens e mulheres, tendo como alvo principal a

transformação da identidade social das mulheres (GROSSI, 1988; GOLDBERG, 1989; PONTES, 1986 e GREGORI, 1993).

Assim como as análises tradicionais acerca da experiência dos movimentos sociais, que buscam explicá-los a partir de determinações estruturais (SADER, 1995), sejam elas a coerção estatal, as conseqüências perversas do capitalismo e/ou como resposta a privações materiais, a explicação para o engajamento político das mulheres das camadas urbanas de baixa renda acabam reproduzindo essas mesmas limitações. Tais explicações não conseguem abarcar aquilo que singulariza a experiência política dos diferentes atores sociais envolvidos nas mobilizações que passaram a tomar forma no Brasil, a partir da década de 70.

Como alternativa, o autor chama atenção para a importância de se agregar às análises dos movimentos sociais a sua dimensão simbólica, o que ele chama de a “elaboração cultural das necessidades”: as mediações simbólicas da vivência objetiva feitas pelos sujeitos sociais. É com essa mesma disposição analítica que algumas análises sobre a experiência de participação política feminina surgiram e identificaram um modelo explicativo que associa a participação política à maternidade.

Essa relação deita suas raízes no estudo seminal de Elsa Chaney (1979) sobre mulheres que ocupavam cargos políticos ou administrativos no governo municipal e nacional no Peru e no Chile, em fins de 1960. Preocupada em compreender se a maior presença de mulheres em cargos políticos importantes implicaria numa diferença na cultura política, a pesquisadora deparou-se com o fenômeno que denominou de “supermadre” (idem, p. 5). A “supermadre” descreve uma atitude de posicionamento das mulheres no campo político tomado como uma extensão do espaço doméstico; assim, o município ou a nação são considerados grandes lares a serem dirigidos como se fosse o seu próprio. Além disso, a noção encerra uma idéia de superioridade moral da mulher advinda do seu papel de mãe, intimamente relacionada com “ideais

marianistas da maternidade" (CRASKE, 1999, p. 13)³. Legitimadas por esse papel, as mulheres adentrariam, justificadamente, no mundo "espúrio", "corrupto" e masculino da política, a fim de moralizá-lo.

Apesar do universo de pesquisa de Chaney ser formado por mulheres das camadas mais altas das sociedades em questão, o *insight* acerca da noção de "supermadre" atualizada nos contextos peruano e chileno foi inspirador para outros estudos sobre a relação entre mulheres de diferentes estratos sociais e política em diversos países da América Latina⁴. Muito embora não faça uma relação explícita com a noção de supermadre de Chaney, o conceito de "maternidade militante" ou "politização da maternidade", forjado por Sonia Alvarez (1988) para explicar a experiência de ativismo de "mulheres pobres e das classes trabalhadoras brasileiras" (idem, p. 324), guarda grandes semelhanças com o anterior. Para Alvarez, a maternidade, tomada como uma "instituição social e não como um instinto natural" (ALVAREZ, 1988, p. 324), foi um importante referencial mobilizatório para as mulheres das camadas urbanas de baixa renda durante o período da ditadura militar brasileira.

Neste sentido, as mulheres militantes estenderiam à participação política os seus papéis de mães e esposas, reproduzindo-os no campo político, seja em função das temáticas reivindicadas, que muitas vezes estavam associadas ao universo considerado feminino (como demandas por creches, por água, contra o aumento do custo de vida), seja em função do enfrentamento ao regime político em busca dos seus filhos e maridos desaparecidos. A especificidade desse processo que

³ Os ideais marianistas associam-se à iconografia da Virgem Maria do catolicismo e pautam um modelo de feminilidade marcado pela maternidade abnegada, pela superioridade moral, decência e submissão feminina. A figura política populista de Eva Perón, na Argentina da década de 40, é tomada como um exemplo desses ideais marianistas da maternidade (CRASKE, 1999, p. 12-13).

⁴ Craske (1999) e Rakowski (2003) trazem inúmeros exemplos de estudos realizados em diferentes países da América Latina que encontraram perfis semelhantes aos da "supermadre" entre ativistas de distintas origens sociais.

envolve a “maternidade militante” está na sua contribuição para a visibilização e politização de questões antes tomadas como apolíticas. Além disso, algumas analistas sugerem que esse processo contribuiu também para a subversão dos ideais marianistas de superioridade moral da mulher, forte característica da “supermadre”, e para a desessencialização da categoria mulher (CRASKE, 1999, p. 17), já que, nesse âmbito, a maternidade é tomada como uma instituição social. Embora tenha esses aspectos positivos, a politização da maternidade não é considerada emancipatória e transformadora das normas de gênero vigentes.

Essa matriz explicativa do ativismo político de mulheres das camadas urbanas de baixa renda, originada num contexto histórico-político específico, continua ainda a povoar as análises sobre a temática. Mesmo não havendo uma referência explícita à noção de “maternidade militante” tal qual concebida por Alvarez, muitas das suas premissas aparecem em diferentes análises. Pesquisas realizadas em Recife sobre o tema, algumas de cunho mais quantitativo, realizadas por duas ONGs locais (SILVA, AMORIM e MONTENEGRO, 1988 e KNAUER, ANDRADE e FRIEDHOFF, 2001) e outras mais qualitativas (COUTO, 1996, 2002; MENDES, 2000), são semelhantes nos seus resultados: as atividades políticas assumidas pelas mulheres reforçam os seus papéis de mães e esposas (COUTO, 1996, p. 79).

A explicação para o dado de que a participação das mulheres em associações de bairro e movimentos populares é maior em relação àquela dos homens, sendo que “em 75% das entidades, a participação destas é de mais de 50%” (SILVA, AMORIM e MONTENEGRO, 1988, p. 29) é em função das mulheres serem as responsáveis pelos cuidados da casa e dos filhos. Por esse motivo, elas engajam-se nas lutas por reivindicação de melhorias nos bairros porque estão associadas a questões que “estão sob responsabilidade da mulher como obtenção de água, escolas, creches” (idem, p. 30). Num outro levantamento, realizado 10 anos

mais tarde entre participantes de organizações do movimento popular da cidade, as mulheres continuam a figurar como protagonistas majoritárias, mas com algumas diferenças. Agora, elas são tidas como presidentes preferenciais das organizações; segundo a análise, o relativo predomínio das mulheres na diretoria (presidência, secretaria, por exemplo) das entidades de bairro parece estar vinculado à trajetória de seu cotidiano e às esferas do seu domínio e trânsito: o privado ou doméstico-familiar, do qual o bairro e suas organizações locais parecem representar uma extensão (KNAUER, ANDRADE e FRIEDHOFF, 2001, p. 40).

Outro dado relevante nessa análise é que, associado a esse relativo predomínio das mulheres em cargos de destaque, há uma apropriação do modo caracterizado como masculino de fazer política: “o modo como algumas lideranças femininas se comportam, seja numa reunião de associação de moradores, seja num fórum ou numa disputa de eleição política, parece reproduzir o modo masculino de fazer política: usam das mesmas artimanhas, táticas, estratégias políticas para aprovar suas propostas e conseguir que sejam eleitas” (idem, p. 37). Percebe-se, nessa última análise, a combinação de duas matrizes explicativas importantes; aqui a “maternidade militante” associa-se ao ideal da “sororidade” feminista⁵. Há, ao meu ver, nessas duas matrizes a reprodução de um modelo ideal de feminino estereotipado, associado a uma ética do cuidado e a uma ética da cooperação e solidariedade tidas como imanentes ao feminino⁶.

⁵ A sororidade (*sisterhood*) se trata de um princípio feminista de relação entre as mulheres que se baseia em concepções de solidariedade, de afeto, de ajuda-mútua de companheirismo que marcaria uma suposta prática política no feminino. Segundo Fox-Genovese (1992), tal crença escamoteia relações de poder inerentes ao próprio campo político feminista.

⁶ Joan Tronto (1997) faz uma crítica, a partir de uma perspectiva feminista, à ética do cuidado que tradicionalmente dota de sentido um modelo hegemônico de feminilidade ocidental. Ao criticar algumas análises feministas, ela alerta para o fato de que “elas não podem supor que qualquer atributo das mulheres seja automaticamente uma virtude digna de ser defendida como causa. A não ser que adotemos uma posição pró-feminina acrítica e digamos que, seja o que for que as mulheres façam, é ótimo só porque é feito por elas (...)” (idem, p. 187).

Essa mesma combinação aparece em outras análises, como a de Mendes (2000). A autora, na busca de compreender os sentidos produzidos na participação de mulheres das camadas urbanas de baixa renda no PREZEIS “Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social”, em Recife, afirma que “por conceberem esses espaços enquanto uma extensão do trabalho doméstico junto à família (...) elas se tornam mais sensíveis às questões discutidas e, portanto, mais comprometidas enquanto agentes da luta cotidiana” (MENDES, 2000, p. 71-72).

Como se pode perceber, o problema dessa matriz explicativa, que além de reforçar e reproduzir uma feminilidade estereotipada, homogênea e reduz a potencial multiplicidade de sentidos contemporaneamente atribuídos à prática política pelas próprias ativistas. A pesquisa etnográfica realizada em Recife, entre ativistas das camadas recifenses de baixa renda em meio ao campo político feminista local contribui para alargar a compreensão desse fenômeno. Para se compreender essa nova possibilidade, no entanto, há que se entender o contexto político mais amplo em que se insere.

O campo político feminista de Recife: a Meca feminista Nordestina

Recife pode ser considerada, atualmente, a Meca do feminismo no Nordeste. O reconhecimento da centralidade e importância de Recife para o feminismo da região pelos diferentes grupos do Nordeste corrobora a sua característica de cidade pólo do feminismo. Associado à existência de muitos grupos feministas antigos e ao grande investimento de agências de financiamento nos seus projetos de intervenção está um reconhecido acúmulo na reflexão feminista e uma forte produção na área. O que reforça o processo de constituição de Recife como a Meca política do Nordeste, foco de investimentos políticos e materiais.

Tomado genericamente, esse campo político feminista tem como características, segundo algumas ativistas *profissionalizadas*,

princípios democráticos tradicionais do feminismo, tais como a *autonomia, horizontalidade na participação e a construção do consenso na ação* (Diário de Campo, doravante DC, 09/04/2005), no entanto esses princípios devem ser interpretados de acordo com um contexto muito específico, em que as diferentes agentes que estão em relação situam-se em posições de poder distintas. Sendo assim, a própria idéia da horizontalidade passa a ter outra conotação, escondendo em si relações desiguais de poder.

O Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE) é um espaço privilegiado para se compreender tais relações. Ele foi fundado em 1988 e objetiva reunir e articular os diferentes grupos feministas e de mulheres existentes no estado. Constitui-se como um importante espaço de confluência do feminismo na cidade de Recife. Nos seus 17 anos de existência, é um dos mais antigos, consolidados e atuantes do país.

No período da pesquisa era composto por, em torno de, 60 participantes, reunindo *representações feministas, ONGs, universidade, meio rural, meio urbano, mulheres de partido e de associações de mulheres de base* (DC, 09/04/2005), como explicou uma das suas três coordenadoras colegiadas. Mesmo sendo um Fórum de mulheres, ele é interpretado como feminista e busca-se a adesão das mulheres que dele participam ao feminismo. Nele pode-se identificar a preeminência de uma visão feminista, que deita suas raízes na própria constituição do FMPE. Mesmo sendo um projeto idealizado como coletivo, há a recorrente presença de determinadas agentes do campo dentre as quais se destaca historicamente a presença da ONG SOS Corpo – Instituto Feminista pela Democracia, uma das mais antigas e influentes em termos de prestígio político e recursos, recebendo financiamento de muitas agências de cooperação internacional. Ela se sobressai pela sua estrutura, recursos e consolidação no campo, com poder de definição de pautas de ação e cuja voz parece ter maior peso. Encarna a militância profissionalizada, *com recursos* e o sujeito

feminista *intelectual*, que fala em conceitos, como ouvia recorrentemente no campo de pesquisa, e serve de modelo.

O SOS influencia e imprime fortemente a sua característica na organização do FMPE, o que lhe garante uma grande permeabilidade no movimento feminista e de mulheres. Nota-se, em especial, a relação de forte proximidade com os movimentos populares de mulheres, que se traduz, pragmaticamente, em diferentes ações, tais como o projeto de formação política de lideranças feministas (direcionado à mulheres adultas e jovens), o fundo de financiamento de projetos comunitários, o investimento na política de interiorização do FMPE e de popularização, ao incentivar a participação de grupos de mulheres dos movimentos populares junto a quem atua. É, assim, uma personagem recorrente nas histórias dos grupos de *mulheres de base*.

É a partir desse contexto de preeminência de um determinado feminismo que a contestação da matriz explicativa da “maternidade militante” passa a fazer sentido. Vejamos comparativamente as experiências de Lucimar, ativista do Grupo de Mulheres da Vila e de Eva Guimarães, do Grupo de mulheres do Morro da Velha⁷.

⁷ À primeira vista, “o implacável processo de contextualização que é a base da metodologia antropológica” (MOORE, 2000, p. 158), e por isso mesmo revelador, impõe um obstáculo na premissa ética da pesquisa etnográfica acerca da manutenção do anonimato dos grupos com que se pesquisa. A descrição minuciosa, com o esforço de ser densa (GEERTZ, 1989), de acordo com a tradição antropológica hermenêutica tende a revelar os sujeitos e os contextos em que se inserem, mesmo com a troca dos seus nomes na tentativa de resguardar a sua identidade. Mesmo assim, optei por trocar todos os nomes das pessoas com quem tive contato ao longo da pesquisa, bem como dessas duas últimas entidades. Criei um sistema de nomenclatura que procurasse manter alguma familiaridade com o princípio onomástico local. Como se pode perceber nesses dois nomes, algumas mulheres são referidas pelos prenomes e sobrenomes, outras apenas pelo prenome e algumas, ainda, somente pelo apelido, por vezes no diminutivo. Tal princípio aponta para um importante dado relativo ao lugar ocupado por essas agentes no campo político local. Percebe-se, na própria nomenclatura diferencial das mulheres, mecanismos de constituição e distribuição de prestígio.

A contestação da Maternidade militante: os casos de Lucimar e Eva Guimarães

Foi Lucimar, uma das minhas principais interlocutoras que faz parte do Grupo de Mulheres da Vila, quem melhor sintetizou a contestação ao modelo da “maternidade militante”. Nas suas formulações, o engajamento político aparece associado a diferentes sentidos. O espaço da militância era encarado, sobretudo, como um espaço de aprendizagem, onde se conhecia novas pessoas, se paquerava, se divertia e se abria a novas possibilidades, como as viagens a congressos de que participava.

Negra, na faixa dos 45-50 anos, empregada doméstica, *mãe solteira* de uma filha adolescente, tem o ensino fundamental incompleto, participa do *movimento das domésticas*, desde a sua chegada em Recife. Vinda do interior de Alagoas, da zona rural de Porto Calvo onde nasceu, aos 20 anos de idade, após uma surra que levou do pai. É a terceira filha de uma família de 12 filhos. Foi para Recife em busca de trabalho e da realização do seu sonho, impedido pelo pai e pelas condições de penúria em que vivia a sua família: estudar. Numa das nossas inúmeras conversas, ela confidenciou:

“Sabe, eu não queria ser mãe. Eu queria estudar. A gravidez para mim, naquele período, era tudo de ruim. Podia atrapalhar os meus planos que terminar meus estudos, o primeiro grau, o segundo grau e fazer um curso assim no meio popular... De onde eu tirei minha sobrevivência. Eu queria trabalhar em coisa feito o SOS Corpo. Ou outra instituição parecida, em que eu tivesse um tempo para trabalhar, podia ser por hora, por exemplo... Um período só, e os outros tempos era para eu estudar e participar de congresso, de encontro, conferência, do meio político. Aí quando a minha menstruação parou, meus sonhos

também pararam. Mas eu não quis tirar. Eu sou contra o aborto” (DC, 28/05/2005).

Já em recife, trabalhando como doméstica, foi levada à, então, Associação de Domésticas:

“Aí eu comecei a participar de tudo. Parecia uma doença para participar de tudo, de reunião política, de reunião de advocacia, de reunião de saúde, tudo que era reunião eu estava dentro. Eu participava de tudo do movimento popular, de festas, eu namorava... Eu ia porque eu queria aprender. Eu ia para a reunião de saúde não entendia nada. A linguagem deles, eu não entendia nada. Para mim eles estavam falando outra língua, mas eu estava interessada e ia para aprender” (DC, 28/05/2005).

Foi numa festa do movimento que conheceu o pai de sua filha, com quem viveu pouco tempo, separando-se quando a menina tinha cinco meses de idade. O nascimento da filha implicou numa mudança na sua vida. Os estudos iniciados e a sua participação no movimento popular foram interrompidos. Retornou à militância em 2000, quando passou a participar do Grupo de Mulheres da Vila, formado em função da diretoria do Conselho de Moradores da vila em que vive há mais de 16 anos, desde a sua fundação, durante um período em que esteve desempregada e a sua filha morando com a avó paterna⁸.

⁸A vila foi constituída por meio da demanda por habitações populares do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Recife, da qual Lucimar participou ativamente. Trata-se de uma vila pequena, onde há basicamente duas ruas principais, sem calçamento. Ela se situa às margens de uma movimentada rodovia, no complexo do Iburá, região da periferia sul de Recife.

Quando conheci o **Grupo de Mulheres do Conselho de Moradores da Vila** nas reuniões do FMPE, ele estava constituído por doze mulheres e estava à frente da presidência do Conselho de Moradores na sua segunda gestão. Ao longo da pesquisa passou por um processo eleitoral, realizado em fins de março de 2005, e o grupo de mulheres não logrou sucesso, perdendo a presidência do Conselho. Desde a sua primeira gestão, o Grupo de Mulheres da Vila teve o apoio político e financeiro da paróquia local e do SOS Corpo, além de outras ONGs locais.

As participantes do Grupo têm diferentes trajetórias de ativismo político. Muitas delas são oriundas de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Pastorais da Igreja Católica, simpatizantes de partidos políticos, como PT e PCdoB, militantes do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas (algumas, inclusive, foram as suas fundadoras), delegadas do Orçamento Participativo, conselheiras municipais da Saúde. A maioria das mulheres do Grupo é solteira e, ou vive só, ou com algum parente consanguíneo (filho, irmã, irmão) e trabalha para o sustento da casa.

O Grupo de Mulheres da Vila se consolidou nos anos 2000, a partir do Conselho de Moradores e por demandas de melhorias do lugar em que viviam. Há, na sua trajetória, o entrecruzamento de distintas gramáticas políticas: movimento popular de base católica, que é o modelo mais antigo, e o feminismo predominante no campo político local, cujo contato é mais recente, representado pelo SOS Corpo. Vejamos algumas regularidades que aproximam as mulheres do Grupo.

Tomemos, em primeiro lugar, a sua origem rural comum e de famílias numerosas. Nas narrativas, o lugar ocupado pela migração para a cidade grande é dotado do sentido de uma alternativa para escapar das condições de privação material em que viviam, das situações de violência familiar em que estavam inseridas e uma busca de novas oportunidades, em melhores condições. Junto a essa mudança aparece o estudo como um valor, um sonho a ser potencialmente realizado na cidade grande. Sonho, na maior

parte dos casos, frustrado e relegado à próxima geração, como no caso das que têm filhos ainda pequenos.

Já na cidade, o contato com o mundo do trabalho – via por meio da qual poderiam realizar os anseios de mudança de vida – propiciou também o contato com o mundo da mobilização política, que lhes abriu novas possibilidades de aprendizados, contatos com outras realidades por meio das viagens que faziam, e de conseguir outros trabalhos mais satisfatórios, que conjugassem o gosto pelo afazer e a garantia de uma sobrevivência mais confortável e prazerosa.

A recorrência das questões da conjugalidade e da maternidade presente nas suas narrativas, de diferentes maneiras, nos leva a uma nova chave compreensiva da relação entre ativismo político e família. Chama a atenção o fato de apenas uma, dentre as doze, ser casada. A evocação recorrente dos temas do celibatarismo, da maternidade solteira e das conjugalidades malogradas na maior parte das biografias dessas mulheres, associada ao engajamento político fornece-nos dois eixos interpretativos.

Ao contrário do que assevera a matriz explicativa da “maternidade militante”, a maternidade na vida da maioria dessas mulheres, antes de ser um incentivo à participação política, foi um impeditivo da militância, do seu desenvolvimento no ativismo e de desfrutar as distintas oportunidades que esse campo potencialmente lhes abria. Revela-nos também que o engajamento nos movimentos guarda, para elas, um sentido muito particular: a abertura de um mercado afetivo-conjugal potencialmente promissor. As experiências conjugais, no entanto, revelaram parceiros que não se adequavam e que também atrapalhavam o seu desejo de ter uma vida mais confortável. Esses elementos implicam numa disponibilidade precária para a entrega à militância.

O fato do Grupo ter se reunido em torno do Conselho, com demandas mais direcionadas a questões relativas à comunidade,

mas que agrega também uma *luta* pelas mulheres, o expõe à instabilidade das conjunturas políticas da Vila e o coloca num lugar de neófito no campo político feminista local, o que remete à categoria de iniciante nas redes de articulação política e também o caracteriza como pouco sólido. Além disso, o fato de o Grupo de Mulheres não ter nascido originariamente em prol da luta das mulheres, o faz enfrentar outras adversidades, como por exemplo, as adequações às novas gramáticas políticas vigentes, como se pode perceber na ambivalência que marca as suas formulações e adesões ao feminismo predominante com o qual têm contato⁹.

O sonho de Lucimar de estudo e trabalho, que tem como referência o SOS Corpo, parece ter sido realizado por **Eva Guimarães**, uma antiga militante do Grupo de Mulheres do Morro da Velha, que ascendeu na carreira militante. Eva é uma mulher de opiniões fortes e muito assertiva, na faixa dos seus 40-45 anos, mulata, formada recentemente em Pedagogia. Foi uma das fundadoras do Grupo Mulheres do Morro da Velha, como contou: *"eu me metia em briga de marido e mulher. Eu dizia 'mrmão, tu não é pai dela pra bater nela assim!'. E mesmo que fosse, não poderia bater. 'Olhe que eu dou parte de tu!' O meu marido ficava puto comigo: 'Eva tu me deixas tão vulnerável quanto!', mas eu nem estava aí, me metia mesmo"* (DC, 15/10/2004).

Quando começou a trabalhar como educadora social no SOS Corpo, teve de sair do Grupo. Agora, no SOS, presta assessoria a ele. Casou-se muito cedo e teve logo duas filhas (que tinham, à época, 25 e 22 anos), ponderando que, se tivesse deixado para tê-las mais tarde, não teria tido filhos. A mais velha tem dois filhos, um de 6 e uma de 2 anos; casou-se cedo porque estava grávida. Eva comentou com pesar o ocorrido e disse nunca ter se conformado, porque

⁹ Identifico como as principais bandeiras que dotam de sentido o feminismo predominante a época, a do enfrentamento da violência contra as mulheres – de grande pervasividade e adesão local – e a de promoção do aborto seguro, bem como, da sua descriminalização, esta já de adesão reduzida e limitada, sobretudo, dentre as mulheres das camadas urbanas de baixa renda, majoritariamente ligadas à Igreja Católica (BONETTI, 2007).

trabalhava justamente com sexualidade, orientava as meninas e a sua filha acabou engravidando cedo demais. E mesmo com todo o apoio para abortar, quis ter o filho, casar e viver só para a casa. Frente a esta experiência incentivava a filha mais nova a estudar e ir fazer pós-graduação fora do país.

Excelente oradora, contou muitas histórias, dentre as quais se ressaltava a da sua separação. A certa altura do relacionamento, contou que passou a considerar a vida muito pacata e que *"precisava ser feliz"*. Separou-se do marido; decidiu sair de casa, deixando-a para ele e montando uma nova para si: *"hoje eu não moro mais no morro, moro num bairro mais classe média, perto do morro. Quando comecei a trabalhar no SOS e a ganhar mais que ele, foi muito difícil para ele"* (DC, 15/10/2004). Contou-me que o marido sofreu muito com a separação, já que da perspectiva dele estavam muito felizes. Hoje ela e seu marido namoram, mas *"não me sinto mais casada com ele. Um em cada casa. Eu sei que é muito difícil estar casado com uma feminista, com uma mulher como eu. Ainda mais lá no morro"* (DC, 15/10/2004).

Eva é integrante de uma família grande, que parece ser muito conhecida no Morro da Velha pelo seu envolvimento no Conselho de Moradores local. A sua irmã mais nova, Vanir, é ativista atuante do grupo de mulheres e sua representante no FMPE. O Grupo de Mulheres do Morro da Velha funciona desde meados da década de 80 e conta, desde a sua fundação, com a assessoria do SOS Corpo. No período da pesquisa desenvolvia um projeto de DSTs/AIDS junto a mulheres do Morro da Velha, em parceria com o SOS, financiado pelo Ministério da Saúde. Estava organizado dentro do Conselho de Moradores do Morro e ganhou uma grande notoriedade no campo do ativismo feminino popular na área da saúde da mulher. Segundo Eva, o Grupo de Mulheres do Morro da Velha *"foi um dos primeiros grupos de mulheres populares que se disseram feministas, sendo muito atuante e parceiro do FMPE e da Rede Feminista de Saúde"* (DC, 15/10/2004).

Creio que a história do Grupo de Mulheres do Morro da Velha e da trajetória política de Eva Guimarães são paradigmáticas já que, à primeira vista, parecem sintetizar e tornar real o ideal de militância feminina popular referido por Lucimar acima. Essa, ao se referir à maternidade como uma interrupção dos seus sonhos de estudar, se tornar uma militante profissional e trabalhar numa instituição feito o SOS Corpo, parece descrever uma parte da trajetória de Eva Guimarães que, ao que parece, realizou um sonho acalentado pelas ativistas das camadas urbanas de baixa renda. Alguns dados da biografia de Eva, em especial a sua relação com o movimento feminista, com o SOS Corpo, os impactos que tiveram na sua vida e a culminância com o fato de se tornar educadora do SOS sugerem alguns elementos para se pensar uma nova matriz compreensiva para o ativismo feminino popular.

Podemos dizer que Eva, vista pela perspectiva de Lucimar, é um exemplo de mulher do *meio popular* que “deu certo”: ascendeu por meio da militância, saiu do morro e foi morar num bairro classe média, pôde estudar, tem projetos para o futuro e angariou prestígio pessoal. Por sua vez, o seu grupo originário alcançou notoriedade e prestígio no campo político feminista local e parece permanecer forte, através da continuidade de seu desenvolvimento levado a cabo pelas outras militantes que continuam parte dele, como parece ser o caso de Vanir.

Tomar comparativamente esses dois casos nos leva a vislumbrar outro referencial analítico alternativo à matriz da politização da maternidade, que remete à **relação entre militância e ascensão social**. O campo político parece se configurar, e ser encarado, como um espaço que apresenta potencial para a realização de projetos pessoais e para a transformação das condições de vida. Há, subliminarmente, a conjugação de gosto e *sobrevivência*, tema recorrente no campo de pesquisa. Ou seja, fazer aquilo de que se gosta e ainda ganhar dinheiro que garanta a sua sobrevivência, como bem elucida Lucimar acima.

Conclusão – ativismo feminino popular hoje e a maternidade militante contestada

O objetivo de trazer as experiências de mobilização e ativismo político distinto aqui analisado buscou, principalmente, desvelar a heterogeneidade das *mulheres de base*, tidas como um bloco homogêneo no campo político feminista local, e identificar novos elementos para se compreender a experiência de ativismo feminino popular. Muito embora elas guardem diferenças importantes entre si, demonstram que, se na década de 80 a maioria das mulheres se mobilizava em torno da Igreja Católica, referencial mobilizatório atualmente arrefecido, no contexto histórico estudado a influência predominante dessas mobilizações se situa em torno do movimento feminista, dada a sua forte pervasividade social e o recrudescimento de ONGs e de investimentos de agências de cooperação.

Se o referencial feminista predominante no contexto investigado não contribui completamente para pensar o ativismo feminino popular, já que muitas das principais informantes do movimento popular têm uma relação ambivalente com o ideário feminista, pelo menos ele significa um importante marco nos casos analisados, sobretudo por guardar em si um exemplo de militância profissionalizada bem-sucedida, cuja principal referência é o SOS Corpo. A relação entre movimentos feministas e movimentos populares de mulheres é historicamente carregada de tensões. Após 35 anos de mobilização feminista ininterrupta no Brasil, contudo, podem-se perceber alguns resultados dessa relação, que não implicam necessariamente em tensão. A viragem parece estar no apelo que a militância profissionalizada, representada pelo feminismo predominante local, tem entre esses grupos de mulheres do movimento popular. O ponto de inflexão nos sentidos atribuídos ao ativismo político pelas mulheres das camadas urbanas de baixa renda pesquisadas está na associação entre gosto e sobrevivência

que a militância profissionalizada parece representar, como se pode observar mais claramente no depoimento de Lucimar.

Ao meu ver, o grande nó de sentido que marca a inflexão da matriz mobilizatória do ativismo feminino popular está na conjugação entre **militância e expectativas de ascensão social**. No contexto político em que se situam essas experiências aqui analisadas, constituído por estruturas de prestígio e poder, a matriz da “maternidade militante” torna-se anacrônica para a compreensão desse ativismo. Quando não é apenas secundária, a maternidade torna-se um empecilho para o pleno desenvolvimento no ativismo e para a exploração de todas as potencialidades como vimos, em especial, na experiência do Grupo de Mulheres da Vila. Além disso, há a necessidade de consolidação dos grupos para a entrada na complexa trama da rede de articulações de forma a garantir um espaço e a ascendência nessa estrutura de prestígios.

Numa chave interpretativa que busca os sentidos de gênero contidos nesse campo político, percebe-se uma atribuição de significados de gênero no masculino, como a coragem e a força, exaltados entre elas, que rechaçam os ideais de uma política supostamente feita no feminino, com valores como abnegação, altruísmo, cuidado, cooperação. Estão em jogo projetos pessoais de mudança de vida através da inserção no campo político, e para se estar nele há que se apropriar dos códigos e atributos vigentes, que, no caso, parecem estar sendo definidos pelo feminismo predominante.

Percebe-se uma ampliação das possibilidades discursivas legitimadoras para o ativismo feminino popular, o que coloca a maternidade num outro plano. Muito embora na prática a família, os filhos, a maternidade, a conjugalidade estejam presentes e a busca pela ascensão via política envolva essa dimensão da vida dessas mulheres, parece não carecer mais da sua legitimação. Ou seja, a família, na prática, continua presente e os filhos importantes, mas não mais centrais como na matriz explicativa da “maternidade militante”. A experiência de ativismo em exame revela, assim, a

adequação a uma nova gramática política pautada pelo feminismo localmente predominante, mas dotada de cores circunstanciais frente a experiência das *mulheres de base*.

Bibliografia

- ALVAREZ, Sonia E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In STEPAN, A. (Org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 315-380.
- BLAY, Eva. Mulheres e movimentos sociais urbanos no Brasil: Anistia, custo de vida e creches.. In FÉLIX, M. (Org.). *Encontros com a civilização brasileira. Mulher hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, pp. 63-70.
- BONETTI, Alinne de Lima. Não basta ser mulher, tem de ter coragem - Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife – PE. Tese de Doutorado [Programa de Doutorado em Ciências Sociais]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- BRITO, Maria Noemi Castilhos. Mulheres na política: Como e porque. *Horizontes Antropológicos*, Dossiê. Gênero. 1(1), 1995, pp. 61-78.
- _____. Mulher e política: Público x Privado?. In: TEIXEIRA, Sérgio e ORO, Ari (Orgs.). *Brasil e França. Ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992, pp. 129-140.
- CARDOSO, Ruth. As mulheres e a democracia. *Revista de Ciências Sociais* 1(2), 1987, pp. 287-304.
- _____. Movimentos sociais urbanos: Balanço crítico.. In SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. (Orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 215-239.
- CHANEY, Elsa M. *Supermadre . Women in politics in Latin America*. Austin e London: The University of Texas Press, 1979.

- COUTO, Márcia Thereza. O significado da ação política feminina nos anos 90: Uma análise do grupo de mães do alto da favela... Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/docs/text/couto.doc>. Acesso em 28/07/2002.
- _____. *Eu nem me reconheço daquela que eu era. (Re)definindo espaços: Mulheres, ação política e relações de gênero*. Dissertação de Mestrado [Departamento de Antropologia]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1996.
- CRASKE, Nikki. *Women e politics in Latin America*. New Brunswick/New Jersey: Rutgers University Press, 1999.
- FOX-GENOVESE, Elizabeth. Para além da irmandade. *Revista Estudos Feministas* 0, 1992, pp. 31-56.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989, pp.13-41.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GOLDBERG, Anette. Feminismo no Brasil Contemporâneo: O percurso intelectual de um ideário político. *BIB* 28, 1989, pp. 42-70.
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1993.
- GROSSI, Miriam. *Discours sur les femmes battues: Representations de la violence sur les femmes au Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. Paris: Université Paris V. Rene Descartes, 1988.
- KNAUER, Stefan; ANDRADE, Márcia e FRIEDHOFF, Heike. (Orgs). *Participação das mulheres nos espaços de representação popular*. Recife: Centro Josué de Castro, 2001.
- MENDES, Mary Alves. *Mulheres no Prezeis: Conquistando a cidadania e redefinindo as relações de gênero*. Dissertação de

- Mestrado [Departamento de Sociologia]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- MOORE, Henrietta. Whatever happened to women and men? Gender and other crises in anthropology. In MOORE, Henrietta (Org.). *Anthropological theory today*. Cambridge, Polity Press, 2000 [1999], pp. 151-171.
- PINTO, Céli. Afinal, o que querem as mulheres na política? Candidatas à Câmara Municipal em Porto Alegre. In BARREIRA, Irllys e PALMEIRA, Moacir. (Orgs.) *Candidatos e candidaturas – Enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume Editora, 1998, pp. 121-147.
- PONTES, Heloisa André. *Do palco aos bastidores: O SOS Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas*. Dissertação de Mestrado [Departamento de Antropologia]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1986.
- RAKOWSKI, Cathy. Women as political actors: The move from maternalism to citizenship rights and power. *Latin American Research Review* 38(2), 2003, pp. 180- 194.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SILVA, Neide Maria; AMORIM, Marcia Maria da Silva e MONTENEGRO, Antonio Torres. *Movimento de bairro: Repetição invenção*. Recife: Equipe Técnica de Assessoria Pesquisa e Ação Social (ETAPAS), 1988.
- SINGER, Paul. O feminino e o feminismo. In: SINGER, P. e BRANT, V. (Orgs.). *São Paulo: O povo em movimento*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980, pp. 109-142.
- TRONTO, Joan. Mulheres e cuidado: O que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso?. In: JAGGAR, Alison e BORDO, Susan (Orgs.). *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997, pp. 186-203.